

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS ANGOLANAS E AS EXPERIÊNCIAS AVALIATIVAS

António Miguel André¹

<https://orcid.org/0000-0002-6775-251>

Marciele Nazaré Coelho²

<https://orcid.org/0000-0002-9241-9268>

RESUMO: O artigo aborda os pressupostos da avaliação institucional e a sua articulação com a promoção da qualidade de ensino no âmbito das políticas educacionais angolanas. De modo específico, identifica os conceitos de avaliação, de qualidade e analisa as tendências avaliativas no que tange as instituições de ensino superior no âmbito das políticas educacionais em Angola. A investigação que ora se apresenta, insere-se na abordagem da pesquisa exploratória de carácter bibliográfico para compor a análise da articulação entre o processo avaliativo institucional e as políticas governamentais. Ressalta-se que, a partir dos dados recolhidos, foi possível compreender as vertentes teóricas e metodológicas que incidem sobre as políticas de avaliação institucional em Angola, nota-se uma tendência de avaliação institucional, como iniciativas esporádicas, numa vertente diagnóstica que se insere nas visões e padrões da política educacional mais ampla, com ênfase na supervisão do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação Institucional – Ensino Superior – Qualidade – Angola

INSTITUTIONAL EVALUATION IN ANGOLAN EDUCATIONAL POLICIES AND EVALUATING EXPERIENCES

ABSTRACT: The article addresses the costs of evaluation and its articulation with the promotion of quality, of the education according to the Angolan policies of Education. In a specific way, it identifies concepts of evaluation, of quality and analyzes the trends of evaluations in references of the institutions of Higher Education, according to the policies of Education in Angola. The investigation that is now presented, is part of the

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP/ Investigador Coordenador (equiparado a Professor Catedrático) Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda – ISCED/Luanda- Angola. /Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola. Luanda – Angola. amamiguel02@yahoo.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar/ Professora Associada e Pesquisadora do Centro de Estudos Africanos - Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais – CIS/ Luanda-Angola Luanda – Angola. marcielecoelho@yahoo.com.br

exploratory research approach of a bibliographic character to compose the analysis of articulation between the process of institutional evaluation and the governmental policies. It is importante to mention that, from the data that collected, was possible to understand the many theoretical and methodologies that are basis of the Angolan policies of evaluation, there is a tendency for institutional evaluation, as exceptional initiatives, in a diagnostic aspect that is part of the broader educational policy visions and standards, with emphasis on State supervision.

KEYWORDS: Institutional Evaluation – Higher Education – Quality – Angola

EVALUACIÓN INSTITUCIONAL EN POLÍTICAS EDUCATIVAS ANGOLANAS Y EXPERIENCIAS DE EVALUACIÓN

RESUMEN: El artículo aborda los supuestos de la evaluación institucional y su articulación con la promoción de la calidad de la enseñanza en el ámbito de las políticas educativas angoleñas. De manera específica, identifica los conceptos de evaluación, calidad y analiza las tendencias de evaluación de las instituciones de educación superior en el ámbito de las políticas educativas en Angola. La investigación que ahora se presenta es parte del enfoque de investigación exploratoria de carácter bibliográfico para componer el análisis de la articulación entre el proceso de evaluación institucional y las políticas gubernamentales. Es de destacar que a partir de los datos recolectados fue posible comprender los aspectos teóricos y metodológicos que inciden en las políticas de evaluación institucional en Angola. Existe una tendencia a la evaluación institucional, como iniciativas esporádicas, con una vertiente diagnóstico que se insere en las visiones y estándares de la política educativa más amplia, con énfasis en la supervisión del Estado.

PALABRAS CLAVE: Evaluación Institucional - Educación Superior - Calidad - Angola

Introdução

A problemática da qualidade tem-se colocado nos diferentes níveis de ensino articulada à questão da avaliação institucional. Neste contexto, os discursos sobre a qualidade, nos diferentes processos educativos, têm sido atrelada à medição, ao diagnóstico e ao *standart*.

As avaliações das instituições são materializadas a partir de diferentes pressupostos teóricos, metodológicos e de acordo às políticas educacionais de um dado país. Os sistemas educativos possuem uma visão de qualidade e uma política educativa que prioriza uma determinada forma de avaliação com

pressupostos que atendem à aquela visão educacional.

Considerando a importância em compreender o contexto avaliativo e as políticas implementadas no setor, objetiva-se abordar os pressupostos da avaliação institucional e a sua articulação com a promoção da qualidade de ensino no âmbito das políticas educacionais angolanas.

Como objetivos específicos, busca-se identificar os conceitos de avaliação e de qualidade, analisar as tendências avaliativas e sua relação com a qualidade no contexto das instituições de ensino superior angolano.

Para o alcance dos objetivos propostos, metodologicamente, a pesquisa insere-se na abordagem exploratória de carácter bibliográfico para compor a análise da articulação entre o processo avaliativo institucional, a qualidade de ensino e as políticas educacionais angolanas.

Neste sentido, apresentaremos, inicialmente, a relação entre a avaliação e a qualidade.

Avaliações Institucionais no Ensino Superior e a Qualidade

As avaliações no ensino superior adotam diferentes metodologias e possuem objetivos diferenciados de acordo ao que se quer avaliar, as políticas públicas adotadas no país e de acordo a realidade específica de cada IES.

Para Afonso (1999), há uma centralidade na avaliação educacional no contexto das políticas públicas de vários países.

Sabemos que as avaliações podem decorrer no nível micro, como avaliação interna ou autoavaliação e no nível macro, como avaliação externa, implementada por um órgão, pelo estado ou por uma instituição, com objetivos avaliativos regionais, nacionais ou mesmo internacionais.

No contexto da avaliação institucional, Marques (2010) afirma que, quando aplicada ao Ensino Superior é uma forma de dar o feedback à sociedade do que se produz institucionalmente.

A Avaliação é um tema de grande relevância para a Educação Superior. Subscrita na órbita das Políticas de Educação, se efetiva como ferramenta estratégica da administração pública tanto no processo de fiscalização quanto de promoção da Educação Superior no país. (PFEIFER, 2012: p. 351)

O papel da avaliação, dentre outros, é dar respostas à sociedade, do que tem sido produzido, entendendo a universidade como espaço de produção e de interlocução com a realidade, buscando transformar a realidade social,

econômica, etc. O processo avaliativo institucional também se coloca como estratégia para melhorar o ensino, tanto no processo de ensino e de aprendizagem quanto aos serviços prestados à comunidade acadêmica.

Para Balzan e Sobrinho (1995) citados por Gama (2012), a avaliação institucional é uma tarefa que tem por objetivo a compreensão global da instituição a partir do reconhecimento e integração das suas dimensões.

De acordo a Gama (2012), a

teoria da avaliação institucional vem se expressando a partir de uma compreensão global de universidade como sistema complexo e do conceito de avaliação que a entende como instrumento de grande força e densidade política para a melhoria da qualidade. (p. 257)

No ensino superior há diferentes modelos avaliativos que são utilizados de acordo com os pressupostos do processo, com a função da avaliação, ou seja, os modelos de avaliação, internos ou externos, carregam consigo as marcas do momento histórico, político e social da realidade na qual está sendo aplicada, sem descuidar dos parâmetros de qualidade.

Apresentamos a seguir um dos modelos avaliativos em destaque nas políticas avaliativas educacionais atuais de diferentes realidades.

Quadro I- Modelo avaliativo no Ensino Superior com Tendência Normativa.

TIPO DE AVALIAÇÃO	FUNÇÃO/ OBJETIVOS	ANÁLISE DOS RESULTADOS	PRESSUPOSTOS DO ESTADO	PAPEL DO ESTADO
AVALIAÇÃO COM TENDÊNCIA NORMATIVA	Ser instrumento para estandardizar (criar ranking), controlar os objetivos previamente definidos, com o controle do produto e dos resultados educacionais.	Realizada a partir da comparação entre instituições.	Estado avaliador Estado regulador	Proceder na regulação, controle, responsabilização e prestação de contas dos resultados acadêmicos, pois estes são mais importantes que os processos educacionais.

Fonte: Afonso (1999).

Na atualidade, o modelo apresentado acima tem sido um dos modelos aplicados às avaliações, priorizando o papel do estado como avaliador na busca do controle dos resultados e controle rígido sobre o produto, no papel de estado regulador.

Nota-se que, os Estados têm legitimado as suas ações e têm buscado, cada vez mais, dar centralidade aos processos avaliativos em suas políticas educacionais, buscando atuar como um Estado avaliador, como vimos anteriormente no modelo apresentado no quadro I.

O papel do estado como fundamental no processo de implementação de balizas para a avaliação institucional também se faz notar no Ensino Superior angolano.

O desafio da avaliação institucional é dar resposta à comunidade acadêmica avaliada, ou seja, toda avaliação precisa dar um retorno para a comunidade acadêmica e esse retorno deve ser seguido de ações concretas de mudança daquela realidade ou de propostas de mudança, pois, a este processo tem um “Para quê”? E essa pergunta tem que ter sua resposta concretizada em atos.

Quando tratamos de avaliação referimos diretamente da sua relação com o conceito de qualidade, ou seja, da forma como avaliamos a qualidade das instituições em relação aos serviços que prestam, seja ele de ensino, de pesquisa ou de extensão.

Para Bricall (2000) citado por Marques (2010), no “âmbito universitário considera-se qualidade algumas características dos professores, estudantes, recursos financeiros, instalações, propinas, a sua história, ou apenas a sua fama e reconhecimento público”. (p. 144)

Não há apenas uma forma de conceber a qualidade no ensino, mas existem pressupostos que devem ser considerados quando atrelamos o conceito de qualidade ao Ensino Superior, ou seja, é necessário que saibamos quais os fundamentos do Ensino Superior e suas exigências. Ao medirmos e analisarmos esses fundamentos estamos diante da possibilidade de verificar se uma instituição de ensino superior tem ou não padrões de qualidade mínimos.

Para Sobrinho (2012), a qualidade da educação superior também está vinculada com o quanto a universidade, a instituição de ensino superior contribui para o desenvolvimento econômico daquela realidade, então, temos as patentes, as inovações e a ênfase na formação de profissional de alto valor econômico, com o profissional formado para um mercado baseado nas áreas industriais e empresariais.

A adequação da universidade aos interesses do mercado passa a ser

uma das questões que as universidades se deparam, pois, adequar-se ao mercado, seria também, possuir internamente uma lógica da sociedade capitalista neo-liberal. Realçamos que, esta problemática tem feito parte das discussões sobre ensino superior no Brasil e também no contexto angolano.

Há diferentes tendências avaliativas nos diferentes países e estas têm relação com a história educacional de cada um dos contextos.

Nesta acepção, a qualidade é relativa, é dinâmica e sempre fará referência a um contexto específico, pois, segundo Sobrinho (2012), parâmetros de qualidade para instituições de ensino superior em países ricos não se adequam integralmente a realidade de países subdesenvolvidos e sua realidade universitária.

Nota-se que, a qualidade é o fundamento do processo avaliativo. Quando aventamos a pergunta do “para quê se avalia” temos como resposta, para melhorar a qualidade do ensino, dos serviços prestados, dos docentes, dos funcionários administrativos, etc. Este deve ser o princípio avaliativo.

A existência de bons meios de trabalho propicia a maior qualidade, ao passo que, as dificuldades de trabalho, nos relacionamentos interpessoais, no uso de meios tecnológicos, uma infraestrutura inadequada, contribuem para a realização de um trabalho de menor qualidade.

De acordo com Sobrinho (2012), o ensino, o quadro de pessoal, os equipamentos, a saúde financeira e a administração eficiente são condições de produção da qualidade, mas, ressalta que, são apenas meios para a aquisição da qualidade e esta não se resume apenas aos meios.

Dessa forma, olhar para a capacitação do docente, a didática, a avaliação pedagógica são aspectos fundamentais para a aquisição de maior qualidade.

Para a compreensão das políticas avaliativas no Ensino Superior angolano, apresentaremos como ponto de partida o seu contexto educacional.

Breve abordagem sobre o Ensino Superior em Angola

O processo de constituição do ensino superior em Angola data do período de colonização portuguesa no país.

No domínio do ensino superior, em Angola, constam nos registos a existência de uma Instituição de Ensino, “Estudos Gerais Universitários” (EGU), criada pelo Decreto-Lei nº. 44.530, de 21 de agosto de 1962 e inaugurada em 6 de outubro de 1963, como resultado da pressão que o governo português sofria, quer pelas lutas armadas, quer pelas manifestações internas. Refere-se

ainda que, os Estudos Gerais Universitários, transformou-se em Universidade de Luanda em 23 de dezembro de 1968 através do Decreto-Lei nº. 48.790. A Universidade de Luanda funcionava em três cidades, na capital Luanda, no Huambo e no Lubango. (SILVA, 2016)

O baixo grau de alfabetismo em Angola refletia-se, de igual modo, a nível do ensino superior. A maioria dos estudantes universitários em Angola eram filhos de portugueses, muitos dos quais abandonaram o país antes e depois da proclamação de Independência. Poucos angolanos estavam em condições de ingressarem na universidade, considerando que, não era de interesse do governo português. Os poucos cidadãos nativos que estavam inseridos no sistema de ensino estudavam apenas até concluírem o ensino primário.

Com a abertura das portas da Universidade de Luanda para os demais cidadãos angolanos, quando esta se transforma em Universidade de Angola, com a portaria nº 77-A/76, do novo Governo, a Universidade de Angola, que em 24 de Janeiro de 1985, por meio da Resolução n.º1/85 passou à designar-se Universidade Agostinho Neto, como única Instituição de Ensino Superior Pública, cresceu e criou Centros Universitários em 7 das 18 Províncias, com uma gestão centralizada e assim, passa a acolher um maior número de angolanos. (SILVA, 2016)

A Universidade Agostinho Neto, até 1997, era a única Instituição de Ensino Superior, e a partir de 1997 começaram a surgir as primeiras Instituições de Ensino Superior Privadas em Angola, nomeadamente em: 1997 a Universidade Católica (UCAN); em 1998/9 a Universidade Lusíada de Angola; em 2000 o Instituto Superior Privado (ISPRA); em 2001 a Universidade Jean Piaget de Angola (UNIPIAGET) e em 2004 a Universidade Independente de Angola (UNIA). Desse modo, o governo começa a redefinir a sua política de ensino superior nos domínios de crescimento, de gestão, de organização, do controle e de acompanhamento das instituições. (SEES, 2007)

Em finais dos anos 2000, o Decreto n.º 05/09 e o Decreto n.º 07/09 que dispõem sobre a criação das regiões académicas e o redimensionamento da Universidade Agostinho Neto e a criação das novas instituições de ensino superior públicas, respectivamente, possibilitaram que fossem criadas instituições de ensino superior públicas e autônomas para atender toda a extensão territorial do país.

O percurso educativo angolano do ensino superior, seu surgimento enquanto subsistema de ensino e sua expansão refletem no modelo que vem sendo desenhado nas políticas educacionais angolanas no que se refere à avaliação no ensino superior e a preocupação com a vertente da qualidade.

Avaliação Institucional e qualidade: análises e perspectivas no contexto do ensino superior angolano

A perspectiva da avaliação e da qualidade no ensino superior angolano tem suas bases no contexto em que se insere este nível de ensino, suas políticas, redimensionamento, crescimento infraestrutural e de oferta de vagas.

A história da avaliação institucional em Angola, no que se refere ao ensino superior tem uma história que data do final dos anos de 1980, embora, ainda reduzidas.

De acordo com Mendes e Silva (2011), a avaliação externa foi implementada pela primeira vez, no ensino superior angolano, em finais dos anos de 1980 e início da década de 1990 e, a autoavaliação das IES decorreram inicialmente em 2005, ainda como práticas restritas. A primeira experiência de autoavaliação transcorreu na Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto³ impulsionada por uma reestruturação curricular do Curso de Medicina ora existente. Em 2008 a Escola Superior do Kwanza Sul⁴ realizou a sua primeira autoavaliação baseando-se em algumas dimensões avaliativas, essencialmente, voltada para a qualidade dos cursos ministrados.

As experiências avaliativas angolanas podem ser melhor compreendidas no quadro à seguir.

Quadro II: Avaliações Internas em Angola

AVALIAÇÃO INTERNA	TIPO DE AVALIAÇÃO	METODOLOGIA	DIMENSÕES/VARIÁVEIS/ÁREAS	EQUIPE
2000- 2005 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA DAS UNIDADES ORGÂNICAS DA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO	Avaliação voltada para os cursos	Prioriza a Abordagem Quantitativa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pertinência, impacto e finalidade; 2. Perfil profissional 3. Currículo 4. Recursos Humanos, físicos e financeiros 5. Processo de ensino e aprendizagem 6. Investigação científica 7. Organização e gestão 	Comissão de Avaliação Interna da Universidade Agostinho Neto (CAIUAN) e Comissão Técnica de Apoio a nível das unidades orgânicas

³ A Universidade Agostinho Neto, antes do seu redimensionamento, possuía a sua sede localizada na capital do país, Luanda e unidades orgânicas em diferentes províncias, conforme mencionado anteriormente.

⁴ Kwanza Sul é uma província localizada a cerca de 300 quilômetros da Capital Luanda.

<p>2005 – 2006 FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO (UAN)</p>	<p>Avaliação Institucional/ de Curso voltada para atender ao “Standard Globais para o Desenvolvimento de Qualidade em Educação Médica Pré-Graduada” da WFME.</p>	<p>Abordagem Qualitativa</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Missão e objetivos 2. Programa educacional 3. Avaliação dos estudantes 4. Estudantes 5. Corpo docente 6. Recursos Educacionais 7. Avaliação do Programa 8. Governança e Administração 9. Renovação Contínua 	<p>Comissão de Avaliação Interna da Faculdade de Medicina (CAIFM) e Convidados Externos (nacionais)</p>
<p>2008 ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DO KUANZA SUL</p>	<p>Avaliação interna da qualidade dos cursos ministrados e do desempenho institucional.</p>	<p>Análise dos discentes sobre as dimensões</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Corpo docente 2. Corpo discente 3. Disciplinas 4. Infraestruturas 5. Serviços prestados 	<p>Interna</p>
<p>2012 FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE KATYAVALA BWILA</p>	<p>Avaliação interna/ institucional do Curso de Medicina.</p>	<p>Projeto piloto utlizando-se dos standarts globais da Federação de Educação Médica (WFME).</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacidade de Ensino; 2. Capacidade de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos; 3. Relação das produções com a sociedade. 	<p>Parceria com a confederação Médica Mundial e a Organização Mundial da Saúde (OMS/ Angola)</p>
<p>2013 – 2015 INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (CIS)</p>	<p>Autoavaliação Institucional</p>	<p>Projeto Piloto de Avaliação Institucional de cunho qualitativo e quantitativo</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acadêmica e Pedagógica; 2. Organização Institucional; 3. Ambiente, carreira profissional e condições de trabalho; 4. Pesquisa e Produção Científica; 5. Extensão. 	<p>Direção de Avaliação, Normalização e Controle Institucional (DANCI-CIS)</p>

Fontes: Coelho (2015), Silva e Mendes (2011a), Silva e Mendes (2011b), Sambo, Cano e Aguilar (2012), Projecto de Avaliação Institucional do CIS (2014) e Relatório Final da Avaliação Interna da Faculdade de Medicina (2006).

A universidade pública, nos anos 2000, única existente na época, implementou uma política avaliativa que deveria ser desenvolvida em suas unidades orgânicas. No entanto, verifica-se, no estudo bibliográfico realizado, apenas duas ações avaliativas em estruturas orgânicas da Universidade Agostinho Neto.

Estas ações merecem um estudo mais aprofundado para a melhor compreensão dos instrumentos utilizados, dos resultados e das ações decorrentes deste processo, no sentido de analisar as mudanças e transformações da instituição.

Outro aspecto que importa ressaltar, diz respeito a forma como os processos avaliativos são descritos como processos de autoavaliação institucional, no entanto, a maioria refere-se apenas a processos de avaliação de curso e não reflectem uma avaliação institucional ou uma autoavaliação⁵.

As restritas ações avaliativas no contexto das IES em Angola resultam, ainda, das pesquisas e trabalhos incipientes sobre a temática.

Segundo Coelho (2015), Angola, nos anos de 1980, dedicou-se à reformulação do subsistema do ensino superior, com atenção para a área das Ciências Médicas, da qual fez parte a Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto (UAN). Esta política permeou os anos 2000 como foi demonstrado nas avaliações internas da referida instituição.

De acordo com André (2016), em 2001 o governo angolano lançou a “Estratégia Integrada para a melhoria do Sistema de Educação 2001-2015”, explanando acerca dos principais problemas vivenciados pelo Ensino Superior no país, à saber: alta demanda e baixa oferta de Ensino Superior no país, desadequação entre a formação e o mercado de trabalho, fraca capacidade de oferecer práticas e investigação na universidade, restritos e inadequados recursos financeiros para o setor, predominância deste nível de ensino na capital do país, Luanda.

No âmbito das avaliações externas destacam-se as experiências apresentadas no quadro III.

⁵ A designação encontrada nos documentos e bibliografias foi mantida na descrição das ações avaliativas realizadas nas instituições de ensino superior referenciadas neste artigo.

Quadro III – Avaliações Externas em Angola

PERÍODO	MODELO DE AVALIAÇÃO EXTERNA	TIPO DE AVALIAÇÃO/ OBJETIVOS	RESULTADOS
1986-1987	AVALIAÇÃO DA FACULDADE DE MEDICINA (UAN) DESENVOLVIDA PELA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN	A avaliação enquadra-se no âmbito diagnóstico e estava voltada para a avaliação do Curso de Medicina da Universidade Agostinho Neto. O processo avaliativo desdobrou-se a partir de uma cooperação com a Fundação Calouste Gulbenkian.	O diagnóstico realizado identificou que os recursos são escassos; há uma excessiva dependência externa/estrangeira no âmbito dos profissionais (docentes) e o fraco reconhecimento acadêmico da instituição pela comunidade científica.
1995	AVALIAÇÃO REALIZADA PELA FACULDADE DE MEDICINA (UAN) E BRITISH COUNCIL	A avaliação segue a tendência de realização de diagnósticos e foi implementada por uma solicitação da Faculdade de Medicina da UAN com a parceria e apoio externo da British Council.	O diagnóstico elaborado resultou em um Relatório para o British Council.
1995-1996	AVALIAÇÃO REALIZADA PELA FUNDAÇÃO GOMES TEIXEIRA	A avaliação enquadra-se na análise do funcionamento da UAN, relacionamento da universidade com o meio envolvente e os demais níveis de formação, análise da capacidade formativa da instituição e a sua capacidade de produção científica.	A avaliação teve como documento final um Relatório diagnóstico apresentando propostas para a modificação e adequação da Instituição.
2005	DIAGNÓSTICO REALIZADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR (SEES)	A avaliação enquadra-se na vertente diagnóstica, em que buscou-se debruçar sobre a gestão universitária das instituições de ensino superior privadas e a pública.	O diagnóstico resultou em políticas educacionais de redimensionamento da Universidade Agostinho Neto, em reorganização da rede de IES, que mais tarde deu origem a implementação das regiões acadêmicas e do surgimento de novas instituições de ensino superior públicas em Angola (atualmente são 8 regiões acadêmicas com instituições de ensino superior públicas em cada uma delas).

2007	AVALIAÇÃO EXTERNA DA FACULDADE DE MEDICINA (UAN) REALIZADA PELA UNIVERSIDADE DO PORTO	A partir da avaliação interna realizada nos anos de 2005-2006, dos Standards Globais para o Desenvolvimento de Qualidade em Educação Médica Pré-Graduada e a parceria com a Universidade do Porto realizou-se o processo de avaliação.	O resultado do processo avaliativo foi a elaboração do Programa Estratégico de desenvolvimento da qualidade da formação de Médicos em Angola.
------	---	--	---

Fonte: Coelho (2015); Mendes e Silva (2011b).

No que se refere as avaliações externas destacam-se ações realizadas na Universidade Agostinho Neto e uma ação avaliativa implementada pela, então, Secretaria de Estado do Ensino Superior (SEES), como uma política diagnóstica do setor, ou seja, uma análise das IES superior privadas e da única universidade pública existente naquele período.

O diagnóstico elaborado pela Secretaria de Estado do Ensino Superior (SEES, 2005), organismo autônomo em relação ao Ministério da Educação de Angola, foi essencial no que refere-se ao descortinamento do setor, trouxe à superfície os pontos de estrangulamento no que se refere à: concepção de instituição do Ensino Superior, a gestão, financiamento, currículos, corpo discente, corpo docente e instalações das instituições de ensino superior angolanas.

A partir do diagnóstico elaborado, criam-se, no âmbito das políticas educacionais, as Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior que tem como objetivo traçar estratégias para ultrapassar os pontos de estrangulamento existentes. (SEES, 2005)

No referido documento é apresentado os pontos de estrangulamento no domínio dos currículos em vigor nas instituições e ressalta-se a falta de inspeção, supervisão e avaliação no Ensino Superior para obtenção de dados e de informações sobre a qualidade dos serviços prestados no que concerne aos objetivos pedagógicos preconizados, a seleção dos conteúdos científicos, métodos de ensino e aprendizagem privilegiados, os sistemas e procedimentos de avaliação das aprendizagens praticadas em cada instituição. (SEES, 2005)

Diante deste diagnóstico, evidencia-se a necessidade de pensar a questão da qualidade no contexto educativo angolano.

No quadro teórico de análise da melhoria do Subsistema do Ensino Superior, destacam-se, no âmbito dos pressupostos para assegurar a qualidade, tanto das instituições de ensino quanto das aprendizagens, o seguinte:

- i) a presença de todos os dispositivos indispensáveis ao funcio-

ramento normal de uma instituição de ensino; ii) a articulação harmoniosa e necessária que se impõe entre os diferentes dispositivos, dado que cada dispositivo concorre para a realização da finalidade da escola; iii) o fato do referido quadro reflectir uma visão abrangente do que deve ser uma escola funcional (neste caso, uma instituição de Ensino Superior funcional) numa dinâmica permanente de busca da qualidade aceitável e possível; iv) a facilidade que ele oferece de ser apreendido dada a sua estrutura clara e simples. (SEES, 2005, p. 8)

Nota-se a visão de qualidade, como algo que seja possível de ser atingido, ressaltando a dimensão da qualidade como aceitável e possível. Neste contexto, a ideia de que a qualidade possui conceitualizações diferenciadas é aceite no quadro das linhas mestras que dirigem o Ensino Superior em Angola, ou seja, não há apenas elementos descritos e aceites mundialmente como condição *sine qua non* para se ter a qualidade, em outras palavras, a pressão externa de políticas avaliativas, de agências avaliadoras, especialmente europeias passam aqui à ser pensadas como apenas uma forma de ver a qualidade, os indicadores e padrões de qualidade.

Como afirma Freitas (2005), baseado em Bondioli (2004), a qualidade não é um fato incontestável, um padrão, norma ou valor absoluto, ela é negociada.

A qualidade, no âmbito das políticas educacionais angolanas, segundo Nascimento citado em SEES (2007), possui alguns pressupostos. Destacaremos dois pressupostos que julgamos ser essenciais para a nossa análise.

O primeiro pressuposto é o facto de que toda a questão da qualidade do ensino e da formação deve centrar-se fundamentalmente na apreciação da qualidade das aprendizagens, sem que sejam ignorados os demais dispositivos educativos abrangidos na noção de “escola” (aplicável igualmente para qualquer instituição de ensino superior) como sendo o corpo docente, o corpo de gestores, o pessoal de apoio, o corpo discente, os currículos, os processos de ensino e investigação, os recursos materiais e financeiros, a gestão, entre outros. Da visão acertada, abrangente e integrada sobre os mais variados dispositivos educativos inerentes à noção de “escola” depende a funcionalidade de qualquer instituição de ensino. (SEES, 2007: p.28)

Nota-se que a visão de qualidade ancora-se no pressuposto de qualidade no processo educativo, especialmente, na questão das aprendizagens, ou seja, não há instituição com máxima qualidade onde não exista sucesso

acadêmico dos discentes e sucesso nos processos didáticos e pedagógicos dos docentes.

A existência de uma IES se efetiva na plenitude quando esta cumpre com o seu papel, que é desenvolver ciência de elevado nível e oferecer à sociedade explicações científicas para garantir melhorias futuras. Se uma IES não consegue dar estes subsídios aos seus estudantes e a sociedade como um todo, ela está envolta a um possível fracasso quanto ao seu objeto.

No contexto da avaliação institucional, a organização da instituição pressupõe um padrão de qualidade que se reflete na sala de aula de uma IES, neste sentido, todos os elementos se articulam na promoção da qualidade.

Segundo Francisco (2018), a avaliação agrega valor ao processo de gestão da instituição e ao mesmo tempo ao desenvolvimento de uma perspectiva de ensino e aprendizagem.

No âmbito da autoavaliação, segundo Lázaro (2020), esta representa o cerne das políticas de estado, pois, a imagem de cada instituição será revista e certificada por meio desta avaliação e de seus resultados.

Desse modo, o segundo pressuposto que fazemos menção, pauta-se na

(...) eficiência das aprendizagens (...). As questões que se colocam para se determinar a eficiência das aprendizagens estão em função dos objetivos e dos conteúdos pedagógicos que se a) realizado em tempo útil pré-determinado, b) focalizados no essencial, pré-determinado no perfil de saída, numa perspectiva rigorosa de integração curricular que implica nomeadamente a integração das aprendizagens, dos conteúdos pedagógicos, dos saberes e das competências, c) focalizados no desenvolvimento global e multifacetado, pelas áreas de formação e pelos níveis taxionómicos dos saberes e das competências, d) focalizados nas competências de auto-formação e de espírito empreendedor ao longo da vida. (SEES, 2007, p.29)

Para além das aprendizagens, outros instrumentos educativos são essenciais quando tratamos de qualidade, neste sentido, a adequação do programa e o seu cumprimento são elementos essenciais neste processo.

A centralidade da avaliação está expressa nas políticas educacionais do Ensino Superior, tendo como um dos seus pressupostos a necessidade de

w) adotar um sistema de avaliação (interna e externa) da qualidade das instituições de Ensino Superior articulada com sistemas

específicos de avaliação da qualidade de cada instituição de ensino, visando todos os dispositivos educativos como a finalidade da instituição, os perfis de saída, os currículos, o corpo docente, o corpo discente, os recursos financeiros, os recursos materiais, os recursos humanos, o processo de ensino-aprendizagem, a investigação científica, a organização e gestão, etc. (SEES, 2007: p.22)

Nota-se que, é em prol da qualidade que estudantes, docentes, funcionários de instituições tem vindo a destacar o papel da avaliação institucional. Segundo Silva e Mendes (2011b), com o aumento das instituições privadas e o aumento de estudantes no ensino superior, a avaliação institucional tem se colocado como uma necessidade para a regulação do subsistema de ensino superior em Angola.

No âmbito das políticas educacionais, nota-se, uma política avaliativa voltada aos processos de ensino e aprendizagem, sem descuidar das dimensões da qualidade dos serviços prestados e uso dos recursos para o desenvolvimento institucional.

Paralelamente as Linhas Mestras, é publicado o Plano de implementação das Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do subsistema do Ensino Superior que visa apresentar um conjunto de ações essenciais para corresponder às demandas dispostas nas Linhas mestras, no âmbito político, econômico, sócio-cultural, acadêmico e pedagógico. (SEES, 2006)

Em 2009 é aprovado o Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro que traça as normas reguladoras do ensino superior em Angola e apresenta-se como um documento importante para regular as ações do setor, reafirmando a necessidade de avaliação das instituições de ensino superior, conforme o artigo 45, alínea p, que define como tarefa dos órgãos de gestão das Instituições de Ensino Superior, “encomendar a avaliação da instituição e prever ações de aproveitamento dos resultados”.

No ano de 2016 foi aprovada a Lei n.º 17/16 de 7 de outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo Angolano, que estabelece a necessidade de avaliação do ensino e introduz as bases da avaliação das instituições.

Em 2018, o Decreto Presidencial nº 203/18 de 30 de Agosto aprova o Regime Jurídico da Avaliação das Instituições de Ensino Superior, definindo os princípios gerais da qualidade, relacionando-a com os pressupostos pedagógico, inclusivo, da globalidade, participativo, contínuo, de isenção, legitimidade, equidade, de caráter público, de adequação aos padrões internacionais e de autoridade técnica. O referido decreto reafirma os princípios do estado de contribuir de forma pedagógica junto às instituições de ensino superior

no processo de avaliação e acreditação, deixando em segundo plano a ideia de avaliação como punição, controle e coerção, instituindo a criação de um Conselho, intitulado Conselho Nacional de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (CNAAES) que tem o papel de coordenar e supervisionar a avaliação e a qualidade das instituições de ensino superior em Angola.

O referido decreto define, ainda, os princípios da avaliação externa e interna, assim como estabelece os indicadores de qualidade no âmbito do ensino superior e os processos da avaliação institucional.

No âmbito das mais recentes políticas educacionais angolanas, no contexto micro das instituições, merece destaque o Decreto Presidencial n.º 121/20 de 27 de abril que aprova o Regulamento de Avaliação do Desempenho do Docente do Subsistema de Ensino Superior, confirmando a preocupação com a componente qualidade no que se refere à prestação docente em cada uma das instituições públicas ou privadas do país.

É importante salientar que toda avaliação seja ela promovida pelo Estado, organismo externo ou pela própria instituição está envolta de valores, interesses e posições econômicas.

Toda avaliação opera com valores, nenhuma é desinteressada e livre das referências valorativas dos distintos grupos sociais”, defende Sobrinho. (2003, p. 113). (...) Como cada avaliação afirma os valores que se prega num determinado governo ou sociedade, ela será veículo de mentalidades e filosofias educativas ali predominantes. Afinal, é com base em seus diagnósticos, que se elaboram as políticas públicas, se fixam determinados currículos, se valorizam programas e se legitimam saberes e práticas. (...) (OLIVEIRA, et al., 2005: s.p)

As avaliações implementadas em Angola carregam consigo percepções, ideais, noções e pressupostos que representam a realidade em que se inserem.

De acordo com Pfeifer (2012), há algumas dicotomias no processo avaliativo da educação superior e destacaremos duas delas, a dicotomia entre o estado avaliador e as agências avaliadoras e a dicotomia entre o estado controlador e o estado supervisor.

No caso angolano, optou-se por um estado avaliador e não por uma agência avaliadora, como de alguns países europeus, é o Estado que estabelece as matrizes de análise para a avaliação.

Afonso (1999) quando traz o papel do estado como avaliador e como regulador, nos oferece subsídios para compreendermos que, em Angola o

Estado estabelece um papel de regulador do sistema.

De acordo com a distinção de Pfeifer (2012), acerca do Estado controlador e do Estado supervisor, nota-se que o Estado supervisor é aquele que fixa parâmetros de qualidade para as instituições, com a avaliação de resultados, as sanções e premiações e o estado controlador visa um papel mais centralizador, ditando normas, legislações e implementando serviços de fiscalização. No contexto angolano, de acordo ao estudo esta dicotomia se faz presente.

Silva e Mendes (2012), com relação ao contexto angolano definem o papel do estado como avaliador.

Diante das experiências apresentadas pelos autores acerca do contexto avaliativo em Angola em que as políticas públicas voltadas para o setor do Ensino Superior tendem a uma avaliação institucional interna e um acompanhamento pedagógico, compreendemos que estas ações estariam enquadradas no papel do Estado como supervisor, ou seja, aquele que estabelece parâmetros de qualidade, buscando utilizar os resultados deste acompanhamento na tomada de decisão interna. A ideia de um estado avaliador e um estado supervisor coabitam e devem ser melhor aprofundadas com base nos pressupostos existentes nas políticas públicas adotadas no Ensino Superior Angola, essencialmente na última década.

É notório esse movimento, especialmente quando retomamos o processo de criação dos organismos voltados para a questão da avaliação em Angola, dentro do redimensionamento e da criação de um setor voltado especificamente para o Ensino Superior, o que até os anos 2009 encontrava-se ancorado ao Ministério da Educação, na figura de Secretaria de Estado para o Ensino Superior, surgindo assim o Gabinete de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, conforme sistematiza Lázaro (2002).

De acordo ao mesmo autor, este processo foi marcado pela criação do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia em 2010 e dois anos depois denomina-se Ministério do Ensino Superior. No período de 2009 a 2012, regista-se a existência do Instituto Nacional de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (INAAES), e que mais tarde será designado por Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento dos Estudos do Ensino Superior (INAAREES).

Este percurso governamental, possibilita a compreensão da visão de Estado como avaliador, na medida em que busca a criação de institutos ministeriais com o escopo de regular, avaliar e acreditar instituições do ensino superior em Angola.

Freitas (2005) compreende que a vocação de uma política pública

é sempre de regular, no entanto, o termo regulação surge no contexto das políticas neoliberais, que atuam na privatização das instituições e serviços, fazendo com que o Estado deixe a regulação para o mercado, ou seja, a ideia do mercado-regulador. Essa é uma possibilidade de regulação, no entanto há uma outra forma de conceber que é olhar para as políticas participativas possibilitando mudanças dentro dessa regulação, o que nomeia de contrarregulação.

Segundo Dalben (2016), há uma polarização entre a lógica da regulação e da emancipação, fortalecendo assim o conceito de contrarregulação.

Neste sentido, o fazer pedagógico, o que as instituições produzem em seus âmbitos podem gerar mudanças institucionais, mesmo que dentro da ideia de uma política avaliativa regulada pelo Estado.

Nota-se que Angola apresenta reduzidos dispositivos legais específicos sobre a avaliação externa e os seus âmbitos. No caso da autoavaliação das instituições as experiências são incipientes.

As práticas diárias, os processos institucionais diários, as questões excessivamente burocráticas no contexto institucional marcam uma expressiva inércia na busca por educação de mais qualidade no setor educacional.

“Os variados espaços dos sistemas de ensino são disputados por propostas políticas, por diversas concepções educativas e, por que não reconhecer, também pela inércia da rotina diária. (...)” (FREITAS, 2005: p. 912). A referida inércia é possível ser identificada também na rotina diária das instituições angolanas.

Considera-se importante, avançar para um diálogo para além da questão do papel do Estado na avaliação, ou seja, buscar compreender a relação entre a qualidade institucional e a transformação do espaço educativo no ensino superior, de tal forma que não rompa com a ideia de transformação democrática deste espaço.

Considerações Finais

As pesquisas, ações e processos avaliativos em Angola ainda são embrionárias ao longo das últimas décadas e revelam as continuidades e descontinuidades das políticas públicas educacionais, das ações e materializações de um país que esteve em guerra civil por longos períodos, tendo sido cessada apenas em 2002, sendo um fenômeno bastante recente na história do país.

Diante das experiências apresentadas pelos autores, acerca do contexto avaliativo em Angola, em que as políticas públicas voltadas para o setor

do Ensino Superior tendem a uma avaliação institucional e um acompanhamento pedagógico, compreendemos que estas ações estariam enquadradas no papel do Estado como supervisor, ou seja, aquele que estabelece parâmetros de qualidade, buscando utilizar os resultados deste acompanhamento na tomada de decisão interna. A ideia de um Estado avaliador, Estado supervisor e Estado controlador coabitam e devem ser melhor aprofundadas com base nos pressupostos existentes nas políticas públicas adotadas no Ensino Superior de Angola, essencialmente na última década.

Nota-se que a tendência dos processos avaliativos, ainda no âmbito das políticas educacionais, no contexto em análise, tem seu respaldo nas avaliações globais, que prioriza o envolvimento dos diferentes atores do processo educativo, uma reflexão dos diferentes âmbitos acadêmicos, desde os processos de ensino e aprendizagem, que possui uma centralidade neste processo, até as formas de organização institucional, a prestação do trabalho docente, entre outros aspectos.

A autoavaliação é um processo diagnóstico que possui vantagens para a instituição, que se traduz em uma análise crítica realizada pelos atores implicados e envolvidos nesta instituição, possibilitando uma análise mais próxima do real e assim uma tomada de decisão mais eficaz para aquela realidade. A reflexão e a autocrítica são ações importantes que impulsionam a mudança e a transformação, buscando fortalecer os pontos fortes e transformar os pontos fracos da instituição na busca da melhoria da qualidade. Notou-se que, as avaliações ainda se apresentam de forma esporádica e sem reflexos na instituição no que se refere à mudança institucional.

A avaliação externa teria um papel complementar à esta avaliação, ou seja, na medida em que o Estado realiza tal ação, impulsiona os resultados advindos da autoavaliação, incentivando as instituições à avaliação do seu cotidiano e de suas ações. As avaliações externas têm a função de mensurar o desempenho institucional, como uma ação reguladora que supervisiona o desenvolvimento institucional.

As instituições de ensino superior em Angola são chamadas a dar respostas diante dos novos desafios surgidos a partir da expansão do Ensino Superior, nos anos de 2009.

A necessidade de avaliação interna e externa, sistemática, regular e com vistas à mudança institucional e do setor se faz urgente no atual contexto do Ensino Superior angolano.

No que se refere à implementação de um sistema nacional avaliativo para o Ensino Superior em Angola, se por um lado correrá o risco de *standar-*

tização, padronização, por outro apresentará balizas para que a qualidade institucional possa ser pensada.

Referências

AFONSO, A. J. Estado, mercado, comunidade e avaliação: Esboço para uma rearticulação crítica. *Revista Educação e Sociedade*. vol.20, n.69, Campinas, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000400007

ANDRÉ, A. M. C. Avaliação da qualidade em instituições de ensino superior públicas angolanas. *Tese de Doutorado*. Universidade de Aveiro. Departamento de Educação e Psicologia, 2016.

ANGOLA. Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro. *Diário da República*, I série, n.º 237 – aprova as Normas gerais reguladoras do subsistema de Ensino Superior, 2009.

CIS. Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais. *Projecto de Avaliação Institucional do CIS*. Direcção de Avaliação, Normalização e Controle Institucional do Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais. Luanda, Angola, 2014.

COELHO, M. N. Avaliação como fator de mudança institucional. Livro *Actas. O papel da Universidade no Processo de Pacificação, Reconciliação, Democratização e Desenvolvimento da Sociedade*. E-book. 15 a 16 de Setembro. Beira, Moçambique, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/5741536-Livro-de-actas-e-book.html>

DALBEN, A. Caminhos da construção de uma avaliação institucional participativa. *Revista Estudos em Avaliação Educacional*. São Paulo, v. 27, n.65, p. 346-374, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/3919>

FRANCISCO, T. H. A. et. al. A pauta da regulação da educação superior: um comparativo entre o Brasil e Angola. *Brazilian Applied Science Review*, Curitiba, v. 2, n. 4, Edição Especial, p. 1170-1199, set. 2018. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/view/504/436>

FREITAS, L. C. Qualidade negociada: avaliação e contrarregulação na escola pública. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 911-933, Especial, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a10.pdf>

GAMA, Z. Avaliação Institucional: primeiras aproximações. Teoria e crítica.

Revista Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo, v. 23, n.52, p. 254-272, maio/ago, 2012. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/1939>

LÁZARO, F. J. Avaliação das instituições educativas como indicador da qualidade de ensino. *RAC: Revista Angolana de Ciências*. Vol. 2, nº 1, jan-jun, p. 208-229, 2020.

MARQUES, M. da C. da C. O novo sistema de avaliação e acreditação do Ensino Superior: impacto, repercussões e benefícios. *Revista Universo Contábil*. FURB, v. 6, nº. 1, p. 142-155, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1170/117012552009.pdf>

OLIVEIRA, A. L. M. *et al.* O objeto da avaliação institucional na heteronômica política pública brasileira. In.: BELLO, J. L. de P. *Pedagogia em Foco*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/avinst03.htm>

PFEIFER, M. Dicotomias conceituais da avaliação da educação superior. *Revista Avaliação*. Campinas, Sorocaba, SP., v. 17, nº. 2, p. 351-364, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v17n2/04.pdf>

SAMBO, M. R.; CANO, M. J.; AGUILAR, I. *Auto-avaliação na FMUKB: experiência piloto, procedimento operacional e resultados preliminares*. In: 2ª Conferência da FORGES. Fórum. Macau, 2012. Disponível em: <https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/Sambo-Maria-et-al-UKB-Angola.pdf>

SEES. Secretaria de Estado do Ensino Superior. *Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior*. Luanda. 15 de Dezembro. Ministério da Educação, 2005.

SEES. Secretaria de Estado do Ensino Superior. *Plano de Implementação das Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior*. Luanda. 15 de Dezembro. Ministério da Educação, 2006.

SEES. Secretaria de Estado do Ensino Superior. *Novos Rumos do Ensino Superior*. III Conferência dos Ministros da Educação de África (COMEDAFIII). Joanesburg. 6 a 10 de Agosto de 2007.

SILVA, E. A. da; MENDES, M. da C. B. *Avaliação, acreditação e gestão do Ensino Superior em Angola: percepções, desafios e tendências*. Paper, 2011a. Disponível em: http://www.forumgestaoensinosuperior2011.ul.pt/docs_documento/15/paineis/08/mcbm_eas.pdf

SILVA, E. A. da; MENDES, M. da C. B. Avaliação institucional na Universida-

de Agostinho Neto (Angola) e regulação estatal. Perspectivas, práticas e desafios. *Revista Avaliação*. Campinas, v. 17, n.2, p. 317-350, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-40772012000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

SILVA, E. A. da. *Gestão do Ensino Superior em Angola: realidades, tendências e desafios rumo à qualidade*. Luanda: Mayamba, 2016.

SOBRINHO, J. D. Políticas y conceptos de calidad: dilemas y retos. *Revista Avaliação*. Campinas; Sorocaba, SP, v. 17, n. 3, p. 601-618, nov. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772012000300003&lng=pt&nrm=iso

UAN. Universidade Agostinho Neto. Faculdade de Medicina. *Relatório Final da Avaliação Interna da Faculdade de Medicina*. Luanda, Angola, 2006. Disponível em: <http://www.fmuan.ao/documentos/Avalia%E7%E3o/Avalia%E7%E3o%20Interna%20da%20Faculdade%20de%20Medicina%20da%20UAN-%20Relat%F3rio%20Final.pdf>

Data de recebimento: 23.09.2020

Data de aceite: 28.11.2020